

O COMUNISMO IMAGINÁRIO

Por Freda Indursky*

MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1992-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, Ed. da Unicamp, 1998, 256p.

Bethania Mariani, neste seu belo livro, analisa como o discurso jornalístico político carioca noticiou o Partido Comunista Brasileiro de 1922 a 1989, perfazendo um período de 67 anos.

Isso posto, percebe-se, de imediato, que este livro entrelaça dois objetos analíticos distintos: a imprensa carioca e o Partido Comunista Brasileiro. Ou, se preferirmos, o livro mostra o imaginário da imprensa carioca sobre os comunistas de um modo geral e sobre o Partido Comunista no Brasil, de modo particular. E, para produzir este gesto de leitura, a autora elege, como marco teórico para suas análises, a *Análise do Discurso*.

Estamos diante de um livro vigoroso, de escrita elegante, que avança questões teóricas muito importantes não só para a Teoria da

Análise do Discurso, mas também para a teorização sobre o jornalismo. Decorre daí a iluminação de uma face bastante sombria e silenciada da memória política do Brasil, sendo, pois, extremamente importante sua leitura não apenas para os que se interessam teoricamente pela questão, mas, sobretudo, para aqueles que desejam conhecer os caminhos do político em nosso país.

O livro está assim organizado: uma primeira seção, que a autora intitulou “Uma introdução um tanto pessoal”, precede uma segunda introdução, agora centrada na apresentação objetiva do tema – “O PCB na imprensa”. Já o corpo do trabalho está organizado em três capítulos distintos. O primeiro – “Uma disciplina do entremeio” – situa teoricamente os parâmetros a partir dos quais a reflexão

* A resenhista, doutora pelo IEL da Unicamp, é professora do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Autora de vários artigos inscritos no campo teórico da *Análise de Discurso*. Publicou pela Editora da Unicamp *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa “O Discurso do/ sobre o MST”.

sobre o PCB e sobre a imprensa terá lugar. O segundo – “A eficácia da imprensa sobre o político” – analisa o funcionamento do discurso jornalístico e sua relação com o político. O terceiro – “O comunismo imaginário” – mostra como *comunismo* e *comunista* são representados imaginariamente pelo trabalho discursivo da imprensa e quais os efeitos de sentido que daí decorrem. Por fim, o livro se encerra com um capítulo intitulado “Considerações finais”, em que a autora realiza um fechamento das questões que foram analisadas ao longo da obra. Mas vejamos no detalhe cada uma dessas partes.

Não poderia deixar de iniciá-los meus comentários por sua primeira seção, a “Introdução um tanto pessoal” que coloca a autora num lugar enunciativo que raramente é revelado ao leitor. Essa introdução conduz o leitor a um espaço intimista, onde é possível confidenciar, falar do pai, da mãe, dos irmãos, onde é facultado ao leitor ouvir os murmúrios, os resmungos e os silêncios que inundavam a casa paterna da autora, nos idos de 1964, e que, sobretudo, iluminam as motivações da pesquisadora a percorrer os meandros da memória, do discurso e da História. O leitor entrevê aqui como *O comunismo imaginário* resulta, inicialmente, de um impulso pessoal, profundo e apaixonado: o desejo de saber os sentidos silenciados.

Entretanto, o espaço da confidência logo é sustado pelo tom objetivo com que a pesquisadora propõe em sua introdução formal – “O PCB na imprensa” – as questões que irão nortear sua investigação: como se constitui o imaginário político sobre o PCB, atribuindo-lhe o lugar do inimigo da sociedade brasileira e como esse imaginário foi colocado em circulação pela imprensa. Quais as relações entre política e mídia ou, mais especificamente, entre o discurso político e o discurso jornalístico? E, ainda, de forma mais precisa, qual é o funcionamento do discurso jornalístico político carioca sobre o PCB?

Com tais questões em mente, vejamos os capítulos que se seguem.

No primeiro capítulo – “Uma disciplina do entremeio” – a autora situa a Análise do Discurso (doravante, AD) no entremeio das ciências humanas e sociais, mostrando como ela provoca uma permanente reterritorialização de conceitos ligados às teorias da linguagem e da ideologia, para, a partir daí, discutir a produção discursiva dos sentidos.

Nessa direção, mostra que, para que se instaure um processo de significação, em AD, não é possível separar língua, pensamento e realidade. Faz-se necessário integrá-los e acrescentar-lhes um quarto elemento essencial: a memória do dizer. Somente assim é possível atravessar a opacidade da linguagem e constatar seu caráter múltiplo.

Entretanto, não vou deter-me nessas questões. Quero destacar, como ponto alto desse capítulo, a reflexão que Bethania Mariani desenvolve sobre a *memória*, que é tratada em três diferentes seções: “Memória, esquecimento e acontecimento”, “Relações discursivas entre memória e acontecimento” e “A memória do político”. Nessas três seções, a autora não se limita a restaurar o já-dito sobre *memória*. Vai além, refletindo sobre ela teoricamente.

Bethania inicia a reflexão pela abordagem da *memória social* que define como “um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais” (p. 34). Decorre daí a manutenção imaginária de uma lógica narrativa que “garante o efeito imaginário de continuidade entre as épocas” (p. 35). Mas tal linearidade é constituída por lacunas que representam outras interpretações que foram silenciadas. Isso mostra que o sentido dominante se impõe, sem, entretanto, apagar os demais, que funcionam como resíduos no interior do sentido hegemônico.

A autora mostra também que há outras abordagens da memória, detendo-se em particular sobre a *memória oficial*, salientando que para que ela “se imponha é necessário o

esquecimento”(p. 36). Decorre daí que “quando se trata a memória e o acontecimento exclusivamente pelo viés do passado, corre-se o risco da adesão a uma concepção imobilista de história e de produção dos sentidos”.

Mais adiante, a autora retoma a noção de memória, definindo-a “como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização, na história de uma formação ou grupo social” (p. 38). Tal concepção conduz a examinar os processos de significação atuantes na cristalização de determinados sentidos em detrimentos de outros. Esse ponto de vista é essencial para trabalhar com a memória do comunismo no Brasil, tal como foi discursivizada e cristalizada pela imprensa brasileira.

Para alcançar seu objetivo, a autora aproxima dois conceitos essenciais para examinar seu *corpus* – a memória e o político. Essa aproximação é igualmente essencial para verificar como a mídia monta e reconfigura leituras da história e da política, com o objetivo de explicar/didatizar os acontecimentos aos seus leitores, atribuindo-lhes um sentido natural.

O segundo capítulo – “A eficácia da imprensa sobre o político” – inicia com uma reflexão sobre a mídia, sua função interpretativa, seu ponto de vista político e a ética. Nesse sentido, chega a uma primeira formulação importante sobre o discurso jornalístico, quando afirma que este é uma

modalidade de *discurso sobre* que é definido pela autora como discurso intermediário, pois ao falarem *sobre* um *discurso de* (discurso-origem), situam-se entre este e o interlocutor. E acrescenta que os *discursos sobre* “atuam na institucionalização dos sentidos, no efeito de linearidade e homogeneidade de memória” (p. 60) Por conseguinte, representam lugares de autoridade, em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento. Ou seja, “a imprensa deve falar sobre o mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores” (p. 61).

O que é apresentado de modo fragmentado, a imprensa encarrega-se de conectar interdiscursivamente a um já-dito. Decorre daí que a imprensa atua na institucionalização social dos sentidos, contribuindo para a constituição do imaginário social e para a cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. Isso, afirma a autora, é ainda mais notável no que diz respeito ao discurso dos comunistas, que inexistente na imprensa de referência, possibilitando que os sentidos da Formação Discursiva (FD) política dominante se disseminem. Dessa forma, o discurso jornalístico, ao definir, descrever, explicar e desambigüizar o mundo, atua à semelhança do discurso pedagógico em sua forma autoritária, produzindo uma didatização sobre ele. A consequência disso é a produção de

um efeito de literalidade decorrente da ilusão de informatividade.

O discurso jornalístico é enunciado de um lugar historicamente constituído e em nome de determinados segmentos da sociedade. E esse processo determina o modo como a imprensa vai construindo discursivamente uma referência para o comunismo no Brasil: a imprensa, ao denominar, descrever, narrar eventos referentes ao comunismo, imprimiu sentidos, atribuiu-lhes uma direção, estabeleceu consensos, com base em “uma memória institucional vinculada ao dizer jornalístico” (p. 66). Mais especificamente, no que tange ao PCB, afirma a autora, “o partido, desde sua fundação, é falado por uma memória jornalística” (p. 74), que já significou o sujeito ocidental e já possui uma concepção de ética dos direitos humanos. Ou seja, o discurso jornalístico-político, ao falar sobre o PCB, faz uma reatualização dos enunciados, já possui uma memória, uma interpretação sobre o comunismo. E esse fato conduz o discurso jornalístico a estabelecer uma disjunção entre o Bem e o Mal, “construída em torno da moralidade ocidental cristã, separando em dois campos antagônicos os sentidos possíveis: o bom sentido e o que não faz sentido” (p. 86), “produzindo uma política de silenciamentos e anulação das diferenças” (p. 86).

No que tange ao discurso jornalístico político carioca, os comunistas e seus sentidos foram inseridos no campo do outro, no campo do inimigo dos valores ocidentais. Assim procedendo, afirma-se a identidade brasileira no campo do mesmo, filiado ao imaginário cristão. E está estabelecida a dicotomia entre o mesmo, o Bem, o bom sentido, e o mal, o outro, o que não faz sentido. “O comunista, nesse contexto, é visto como o outro necessário à reafirmação da positividade do campo do mesmo” (p. 96). E essa dicotomia mostra-se discursivamente como o resultado do trabalho de enunciação jornalística que não abre espaço para esses outros sentidos, pois caracteriza-se pela “homogeneidade no direcionamento da produção de certos sentidos, apesar da diversidade de vozes que a constituem, e tal homogeneidade decorre de seu caráter institucional, que determina um vínculo estreito com a defesa dos valores ocidentais” (p. 94).

O discurso jornalístico atua, pois, na discursivização dos fatos, e é “nessa discursivização – um falar sobre de natureza institucional – que mecanismos de poder vão tanto distribuindo os espaços dos dizeres possíveis como silenciando, localmente, o que não pode e não deve ser dito” (p. 97). Tal fato conduz às repetições parafrásticas e impede o deslizamento dos sentidos. A memória discursiva atua sobre esse processo e é

designada pela autora de narratividade, a qual se realiza sob a forma de relatos e narrativas. Mais especificamente, Bethania Mariani vai observar a discursivização que a imprensa faz do cotidiano, através da prática narrativa, pois, como afirma a autora, esta lida com a informação, mas em seu bojo encontram-se resíduos da prática narrativa, em que “o ‘fabuloso’ é ingrediente indispensável na transmissão das experiências sócio-culturais” (p. 104). Dessa forma, “o discurso jornalístico disciplina a fabulação, ao mesmo tempo em que incorpora seus resíduos discursivos” (p. 105), contribuindo para a construção do efeito de realidade, de sentidos já-lá. E a autora acrescenta que se trata de um processo interpretativo em que as narrativas jornalísticas entrelaçam narrativas e memória “no trabalho de construção/reconstrução/desconstrução da trama da história” (p. 105), reavivando sentidos não ditos e/ou reatualizando vestígios de discursos de outra época.

No terceiro capítulo, denominado “O comunismo imaginário”, Bethania Mariani examina o processo de nomeação por que passam *comunismo* e *comunistas* pela imprensa. Para tanto, trabalha detidamente as diferentes denominações construídas pela enunciação jornalística, as quais vão constituindo os processos discursivos que resultam nas formas de nomeação destes referentes. Tais processos mobilizam

linguagem e memória, mais especificamente, mobilizam um imaginário brasileiro sobre os comunistas e o comunismo. E, a partir de suas análises, a autora conclui que tais designações “significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz (isto é, o conjunto das denominações não ditas, mas implicadas), bem como pelo que se depreende das relações que elas mantêm entre si” (p. 119). E a autora conclui que as denominações oriundas da Imprensa organizam os sentidos em uma determinada direção, ou seja, “a denominação dos comunistas é inseparável do modo de dizer jornalístico-político e das práticas históricas” (p. 123).

A autora trabalha também, ao lado das denominações, o que chama *rede co-textual de denominações* e mostra como se constrói a discursividade no discurso jornalístico. Com base nessas noções, mostra como se estabelece a manutenção dos sentidos sobre o *comunismo* através dos tempos, como os *comunistas* são apagados como sujeitos do discurso e transformados em objetos no discurso jornalístico político carioca, que enuncia a partir de um *nós*, que remete para o lugar enunciativo dos jornalistas e não dos comunistas e, assim procedendo, produz uma discursivização negativa sobre os comunistas: os comunistas são *os inimigos da pátria brasileira*, ou seja, estão no lugar do *outro*, do não-nós, dos *maus brasileiros, dos não-brasileiros*.

Dessa forma, à medida que a autora vai progredindo em sua análise, ao longo de todo o livro, vai mostrando como um dizer vai sendo construído discursivamente e, ao mesmo tempo, vai assinalando como outros sentidos vão sendo represados e silenciados sobre esse mesmo objeto. Seu trabalho mostra quais sentidos podem ser referidos no âmbito da Formação Discursiva Brasileira, porque ditos no *discurso sobre*, que aí se inscreve, e, por contraste, indica que sentidos aí não são ditos, porque o *discurso de* nunca pôde se instituir no discurso jornalístico brasileiro. Ser falado, sim. Falar, nem pensar.

Gostaria de finalizar, reafirmando a importância de “O PCB na imprensa” não só pelo tema que elegeu para suas análises, mas, sobretudo, por sua densidade teórica, analítica e metodológica. As formulações de Bethania Mariani são importantes para todos os que se interessam pela Análise do Discurso. Mas não só. Este livro é referência obrigatória para os que se interessam pelo funcionamento do discurso jornalístico brasileiro e, por conseguinte, pelos trajetos da História Brasileira Contemporânea. Este livro lança o leitor nas tramas do *político* com a *política* e essa tessitura só pode ser interpretada à luz de outro enlaçamento, o do histórico com o lingüístico. Essa é a urdidura desse livro que conduz à memória dos sentidos do Brasil.